



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

**AAM**

**DECISÃO/MANDADO**

Processo nº: **1043973-96.2018.8.26.0053 - Ação Civil de Improbidade Administrativa**  
Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Requerido: **Marcos Antonio Monteiro e outros**  
**Rua Gabrielle D'Annunzio, 710, apto. 1502, Saude - CEP 04055-010,**  
**São Paulo-SP**

Juiz de Direito:  
Dr. ALBERTO ALONSO MUNOZ

**Vistos.**

**Registro inicialmente, para controle de prevenção pela E. Instância Recursal, que a presente Ação Civil Pública por improbidade administrativa tem por base Inquérito Civil (nº 14.0695.0000356/2018-8), contra o qual já foi anteriormente impetrado Mandado de Segurança de competência originária do E. TJ/SP, distribuído à C. 10ª Câmara de Direito Público dessa Corte sob o n. 2161430-97.2018.8.26.0000, com acórdão relatado pelo E. Desembargador Antonio Carlos Villen (fls. 918/920 e 933/935 destes autos).**

Passo ao necessário relatório.

Trata-se de ação civil pública por atos de improbidade administrativa promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Marcos Antônio Monteiro, Luiz Antônio Bueno Júnior, Benedicto Barbosa da Silva Júnior, Fernando Migliaccio da Silva e Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho.

Sustenta o Ministério Público, em síntese, que teria restado apurado, nos autos do Inquérito Civil n. 14.0695.0000356/2018, que a requerida Construtora Norberto Odebrecht S/A, por meio de decisão de seus Diretores de Infraestrutura e Superintendente de São Paulo e Região Sul (os réus Benedicto Barbosa da Silva Júnior e Luiz Antônio Bueno Júnior) teriam escolhido, entre 2013 e 2014, candidatos a governador e deputados estaduais que correspondessem a suas pretensões de ser beneficiada em licitações, contratos de obras públicas e parcerias público-privadas, através de contribuições clandestinas (não declaradas à Justiça Eleitoral) às respectivas campanhas políticas. Em final de 2013, a Diretoria da empresa requerida teria procurado o réu Marcos Antônio Monteiro (então diretor da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo), responsável pela administração financeira do ex-governador Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, então candidato à reeleição. Tais informações teriam sido reveladas pelo réu Luiz Antônio Bueno Júnior. A empresa requeri-



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -**  
**13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA**  
**VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:**  
**1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-**  
**SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR**

da buscária, assim, manter-se no projeto de concessões e privatizações do Estado de São Paulo, de forma ilícita, bem como acobertar diversas fraudes à lei de licitações, tais como formação de cartel e superfaturamento de obras, dentre elas, as obras da Linha 6 do Metrô de São Paulo.

Continua o Ministério Público narrando que o réu Marcos Antônio Monteiro teria, em reunião com os corréus acima, executivos da empresa requerida, pedido em benefício do réu Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho doação de campanha no valor de 10 milhões de reais, que não seriam contabilizados e declarados à Justiça Eleitoral. O réu Benedicto Barbosa da Silva Júnior teria aprovado doação no valor de R\$ 8,3 milhões, por meio de esquema de caixa dois. Cabia aos réus Hilberto Mascarenhas e Fernando Migliaccio providenciar os recursos auferidos pelas obras gerenciadas pela companhia, para o pagamento das aludidas vantagens ilícitas, por meio de seu "Departamento de Operações Estruturadas".

A testemunha Arnaldo Cumplido De Souza Silva, ouvida em regime de colaboração premiada, teria esclarecido que o réu Benedicto Júnior aprovava os valores; o réu Luiz Antônio Bueno Júnior acionava o diretor responsável pelo contrato que representava a origem do motivo de manter contato estreito com o beneficiário da propina ou doação ilegal para campanha política; o responsável pelo contrato acionava o Departamento de Operações Estruturadas, gerenciado pelo réu Hilberto Mascarenhas; e finalmente o réu Fernando Migliaccio (que a quem Marcos Monteiro teria atribuído o codinome "M&M" nas planilhas de propinas e vantagens, para assegurar o sigilo perante testemunha Arnaldo Cumplido De Souza Silva) operacionalizava a geração de recursos para que fosse realizada operação de crédito que possibilitasse o pagamento das propinas e/ou doações clandestinas a campanhas políticas.

Arnaldo Cumplido De Souza Silva acionaria o Departamento de Operações Estruturadas por meio da testemunha Maria Lúcia Tavares, obtendo a indicação dos valores liberados e a senha relativa a referida entrega do numerário. De posse desses dados, seriam repassados ao corréu Luiz Bueno, que se encarregaria de entrar em contato com Marcos Monteiro, em benefício de Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, indicando o local para sua retirada. A entrega dos valores, sempre em espécie, se valeria dos serviços do doleiro e testemunha Álvaro José Galliez Novis (alcunhada de "Paulistinha"). Este, por sua vez, acionava seu funcionário, a testemunha Rogério Martins, que se encarregaria da entrega dos valores em hospedagens em hotéis por meio de transportadoras de valores.

A petição inicial relaciona nove pagamentos, todos realizados pela corréu Construtora Norberto Odebrecht S/A de forma supostamente ilícita, com as respectivas datas (entre abril e outubro de 2014) em que as quantias foram disponibilizadas, a senha utilizada pelo portador e o destinatário, o corréu Marcos Antônio Monteiro, sempre em benefício



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

cio do corréu Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho. Com exceção de dois pagamentos, todos os demais teriam sido registrados em planilhas, quer do funcionário Rogério Martins, quer da Transportadora de Valores Transmar, e instruíram o Inquérito Civil que acompanha a petição inicial. Nenhuma das doações constaria da prestação de contas da campanha do corréu Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho.

Conclui o Ministério Público que o corréu Marcos Antônio Monteiro, no exercício de função pública e em benefício do requerido Geraldo José Rodrigues Filho, teria auferido vantagem indevida, recebendo dinheiro da Construtora Norberto Odebrecht S/A, que, por meio dos requeridos Luiz Bueno e Benedicto Júnior, reconheceram que tinham relação direta com as obras mantidas com o Governo do Estado de São Paulo, prática vedada pelo ordenamento jurídico e caracterizadora de ato de improbidade administrativa,

No caso da presente ação de improbidade administrativa, várias doações não declaradas à Justiça Eleitoral teriam sido feitas ao corréu Marcos Antônio Monteiro, para auxílio da campanha à reeleição ao Governo do Estado de São Paulo em 2014 do corréu Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho.

O Ministério Público conclui, então, que o corréu Marcos Antônio Monteiro, no exercício de função pública e em benefício do requerido Geraldo José Rodrigues Filho, teria auferido vantagem indevida, recebendo dinheiro da Construtora Norberto Odebrecht S/A, que, por meio dos corréus Luiz Bueno e Benedicto Júnior, teriam reconhecido ter relação direta com as obras mantidas com o Governo do Estado de São Paulo, prática vedada pelo ordenamento jurídico e caracterizadora de ato de improbidade administrativa.

Entende feridos os princípios da improbidade administrativa; o da vedação de atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito (incorrindo no disposto no art. 2º da Lei 8.429/92, respondendo, por força do disposto no 3º da mesma lei, os corréus Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, Luiz Bueno, Benedicto Júnior, Hilberto Mascarenhas e Fernando Migliaccio); e os princípios constitucionais e legais norteadores da Administração Pública, especialmente moralidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.

Daí se seguiria a prática de atos de improbidade administrativa pelos corréus Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho e Marcos Antônio Monteiro, pedindo que lhes sejam impostas as penalidades previstas no art. art. 37, § 4º da Constituição Federal, e art. 12, I, em caráter principal, ou III, em caráter subsidiário, da Lei n. 8.429/92.

Pede também a extensão das referidas penalidades à Construtora Norberto Odebrecht S/A e seus representantes, Luiz Antônio Bueno Júnior, Benedicto Barbosa da Silva Júnior, Hilberto Mascarenhas e Fernando Migliaccio da Silva, por força no disposto no art. art. 3º da Lei n. 8.429/92.

Somam-se a esses fatos, segundo o Ministério Público, a responsabilidade objetiva da ré Construtora Norberto Odebrecht S/A nos termos do art. 5º, inciso IV, alínea



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

"d" da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

Segundo o Ministério Público, de acordo com a prova coligida em virtude de compartilhamento de prova obtido junto ao juízo da 9ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Paulo referente aos autos da ação penal n. 0005801-60.2017.403.6181, a Construtora Norberto Odebrecht S/A desenvolveu vultoso esquema de corrupção, no afã de continuar a ser beneficiada em licitações, contratos, concessões administrativas e parcerias público-privadas.

Diante disso, o Ministério Público requereu também, em sede de medida cautelar, a decretação da indisponibilidade dos bens dos requeridos, no montante de R\$ 39.749.874,00, que equivale ao valor do dano, sem juros, e multa civil calculada em três vezes esse valor.

O réu MARCOS ANTONIO MONTEIRO manifestou-se contra o bloqueio de bens, arguindo, em síntese: 1) incompetência do juízo, argumentando que se trataria de doações eleitorais, que estariam sendo apuradas pela Justiça Eleitoral, negando, também, qualquer recebimento de vantagem ilícita; 2) contradições na peça inicial, na medida em que colaciona dados de planilha de entrega de dinheiro que totalizariam pagamentos no importe de R\$ 7,8 milhões, posteriormente afirmaria que os valores ilicitamente recebidos chegariam a R\$ 9.937.468,50 e concluiria pleiteando a indisponibilidade de bens, no valor de cerca de R\$ 39 milhões. Afirma, em suma, inexistirem provas iniciais para a adoção das medidas liminares pleiteadas antes da instauração plena do contraditório.

O réu GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO manifestou-se contra o bloqueio de bens, arguindo, em síntese: 1) ausência de fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, o que veda, conforme jurisprudência do STJ, o bloqueio de bens; 2) ausência de individualização da conduta suspostamente praticada.

Houve emenda à petição inicial, que foi recebida (fls. 2364/2367).

A CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A manifestou-se contra o bloqueio de bens, arguindo, em síntese: 1) inépcia da petição inicial, já que baseada em Acordo de Leniência e Acordos de Colaborações individuais cuja validade estaria restrita aos processos em que foram celebrados, por expressa previsão em suas cláusulas; 2) na hipótese da admissão dessa prova, haveria prejuízo, dentre outros, aos termos do Acordo de Leniência, pela Requerida, em razão dos fatos que resultaram na instauração do respectivo procedimento investigatório, já serem objeto de penalização e responsabilização, ocorrência de *bis in idem* e inviabilidade das obrigações assumidas no Acordo de Leniência; 3) menciona a existência de Agravo Regimental do C. STF em que a Corte concluiu pela impossibilidade de utilização de tais Acordos pelos membros não aderentes; 4) acrescenta, por fim, inexistirem *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, mas existir, por outro lado, *peri-*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
 13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
 VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
 1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
 SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

*culum in mora reverso.*

A CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, em sua defesa prévia, bate-se, primeiramente, pela vedação da utilização da prova produzida nos Acordos de Colaboração Premiada em outros processos. Isso porque, com a adesão aos acordos de leniência, teria sido criada uma unicidade entre a pessoa jurídica da ré e seus colaboradores, declarantes dos acordos e pessoas físicas, de modo que não seria possível a dissolução e o desmembramento dessa unidade objetivando assegurar uma condenação sobre fatos e informações já sancionados nas devidas proporções e nos limites de suas responsabilidades e ensejando a própria inviabilidade prática do instituto. Novamente relembra as cláusulas do Acordo de Leniência que serviu de base ao Inquérito Civil n. 14.0695.0000356/2018-6, (instaurado pelo 9º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social do Estado de São Paulo, e que está na base desta ação de improbidade administrativa) e que vedam a utilização da prova por outros Ministérios Públicos não aderentes ao Acordo (a exemplo da 9º Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social). As mesmas cláusulas estariam previstas nos Acordos de Leniência firmados pelos executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht também demandados na presente ação. Além disso, os acordos preveem que, enquanto cumpridas integralmente as cláusula estabelecidas, estaria vedado aos Ministérios Públicos aderentes ajuizar qualquer ação de natureza cível ou sancionatória contra os réus pelos fatos revelados em decorrência do acordo. Adverte ainda subsidiariamente que foi suscitada questão à 2ª Turma do STF, requerendo posição e pronunciamento sobre o compartilhamento de provas para esta ação em específico, pelo que pugna pela suspensão desta ação até que haja definição daquela Corte Constitucional. Em segundo lugar, bate-se pela inadequação dos fatos narrados como ato de improbidade administrativa, previsto na Lei Federal nº 8.429/92, diante da ausência de tipificação e enquadramento legal, uma vez que caracterizariam o crime de "caixa dois" eleitoral, e não o de corrupção passiva. Afirma que o candidato a cargo eletivo não tem a característica de agente público, por não exercer atividade de natureza estatal nem estar investido na função ou cargo a que se propõe ser eleito. Além disso, não estando no exercício de atividade estatal, não cometaria ato com desvio de finalidade e deveres de sua função. Finalmente, a conduta de não declarar doação de campanha à Justiça Eleitoral não se enquadraria nas hipóteses legais de enriquecimento ilícito ou vantagem patrimonial indevida; lesão ao erário e patrimônio público; ou violação dos princípios da Administração Pública. Afirma ainda que não houve indicação de qual o prejuízo havido ao erário e à Administração Pública com as supostas doações à campanha eleitoral não contabilizadas e declaradas oficialmente. Não teria sido indicado, na exordial, o efetivo dano ao erário, nem por meio de quais contratos firmados houve o recebimento de valores para doação à campanha eleitoral; e tampouco teria sido indicada prova que comprovasse que os valores doados eram decorrentes de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

superfaturamento e desvio de dinheiro em obras públicas. Finalmente, repisa a argumentação contrária à decretação de indisponibilidade de bens. Pede, ao final, a declaração de inépcia da petição inicial; ou, subsidiariamente, caso não se entenda pela inépcia da inicial, que o recebimento contra os Requeridos seja limitado conforme disposto nos Acordos de Leniência e Colaborações; ou, finalmente, o indeferimento do pedido de indisponibilidade.

O réu Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho apresentou defesa prévia. Sustenta que as delações premiadas, oriundas do Inquérito Civil conduzido pelo Ministério Público Estadual e que foram desentranhadas da presente demanda, representavam para o Ministério Público o único indício da suposta prática de ato de improbidade pelos réus. Acrecenta que, ainda que não houvessem sido desentranhadas as delações premiadas, pelo que se tem conhecimento dos seus conteúdos, esses depoimentos não possuiriam os elementos objetivo (enriquecimento ilícito e ofensa aos princípios constitucionais) e subjetivo (dolo) que imputariam ao réu ato de improbidade, pois comprovariam a atipicidade da conduta por não haver participou e/ou autorizado o recebimento de qualquer valor ilícito para sua campanha eleitoral do ano de 2014. Além disso, todas as doações recebidas em sua campanha eleitoral de 2014 teriam sido contabilizadas e as contas aprovadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Ainda que assim não fosse, afirma que eventual conduta não caracterizaria ato ímparo, mas apenas doação irregular com penalidade prevista no artigo 350 do Código Eleitoral, o “caixa dois”, cuja competência para apuração e processamento seria da Justiça Eleitoral, sob pena de dupla penalização pelos mesmos fatos. Pediu a rejeição da Ação Civil Pública.

O réu Marcos Antonio Monteiro apresentou defesa prévia. Afirma que não há que se falar na ocorrência de ato ímparo em razão da ausência de fundamento legal para tanto, mas sim de suposto abuso do poder econômico (Código Eleitoral, artigo 237) e, portanto, em infração eleitoral, a afastar a competência da Justiça Comum Estadual. Acrecenta ainda existência de prejudicialidade externa, requerendo a suspensão do processo até o desfecho do inquérito policial eleitoral, pela possibilidade de reconhecimento, naquela esfera, da absolvição por “negativa de autoria” ou por “inexistência do fato”. Prossegue afirmando que a petição inicial é inepta na medida em que não descreveu de forma clara e pormenorizada o suposto dolo ou culpa grave. Adverte que não há alegação nem prova de que os pagamentos ilícitos teriam se dado com o intuito de beneficiar o Grupo Odebrecht em obras específicas do Estado de São Paulo, havendo apenas a alegação genérica de que o objetivo era para “manter uma boa relação com o Governo do Estado”. Questiona, enfim, a existência de provas de pagamento de benefício indevido. Pugna contra o requerimento de indisponibilidade dos bens.

O Ministério Público buscou rebater as alegações a fls. 3399/3402.

Houve manifestação da ré Construtora Norberto Odebrecht S/A a fls.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

3404/3411..

É o relatório do essencial.

**DECIDO.**

Manifestação de fls. 2640/3393 (do Ministério Público):

DEFIRO a juntada, nestes autos, das provas que foram remetidas ao Ministério Público pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Permanecerão em segredo de justiça apenas aquela prova obtida perante a 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, cujo CD continuará em cartório.

Também DEFIRO a juntada, que permanecerá em cartório, dos depoimentos colhidos pela Promotoria de Justiça nos autos do Inquérito Civil que instruíram a petição inicial.

A adequação ou não dos fatos aqui narrados às previsões legais da Lei Federal n. 8.429/92 é matéria a ser enfrentada no mérito da demanda. Aqui, em juízo de mera admissibilidade, a decisão deve cingir-se apenas a verificar: a) a ausência de causa que determine a rejeição liminar da petição inicial e b) a presença dos requisitos autorizadores do bloqueio.

Por conseguinte, passo a examinar a existência de justa causa da improbidade administrativa, sem adentrar ao mérito, até para que sejam preservados ao máximo os princípios da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa, previstos na Constituição Federal.

**I. DEFESA PRELIMINAR DOS RÉUS CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, LUIZ ANTONIO BUENO JUNIOR, BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JUNIOR, FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA e HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO**

De início, **ACOLHO** as alegações dos réus CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, LUIZ ANTONIO BUENO JUNIOR, BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JUNIOR, FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA e HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO de que os Acordos de Leniência e Acordos de Colaborações individuais teriam validade restrita ao processos em que foram celebrados, por expressa previsão de compartilhamento em suas cláusulas fora de tais hipóteses. Verifico que o compartilhamento da prova a outras Promotorias de Justiça estava condicionada à participação e opção pela aderência dos diversos Ministérios Públicos à transação e aos termos desse negócio jurídico-probatório. Uma vez que a Promotoria de Justiça e Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo não fez parte do negócio jurídico-probatório, não aderindo a suas cláusulas, não pode deles se valer para embasar esta ação de improbidade em face



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

daqueles réus que firmaram tais Acordos de Leniência e Acordos de Colaborações.

E mesmo que se pretenda questionar a validade das cláusulas que restrin-  
giram a eficácia probatória dos Acordos de Leniência e Acordos de Colaborações às partes  
que os firmaram e optaram pela aderência, o fato é que **as cláusulas protetivas em tais  
acordos já foram homologadas, junto com eles, pelo C. STF, não sendo dado ao juízo  
de primeira instância reabrir a discussão.**

A ser assim, tal prova não poderá ser utilizada, neste processo ao menos,  
para firmar a acusação em face dos réus CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A,  
LUIZ ANTONIO BUENO JUNIOR, BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JUNIOR, FERNAN-  
DO MIGLIACCIO DA SILVA e HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO.

Tal conclusão, porém, não afasta a constatação de **existirem outros pila-  
res probatórios que pretendem sustentar a petição inicial e que não estão seja sob  
segredo de justiça, seja protegidos contra a utilização como prova emprestada, por  
não terem nenhuma relação com os Acordos de Leniência ou Acordos de Colabora-  
ções.** É o caso da prova produzida exclusivamente perante o Ministério Público de São  
Paulo no bojo do Inquérito Civil nº 14.0695.0000356/2018-8.

Trata-se (1) das supostas listas de pagamentos e destinatários, camuflados  
mediante nomes de times de futebol (fls. 970/971, 978); (2) dos termos de declarações pe-  
rante o Ministério Público, das testemunhas Arnaldo Cumplido de Souza, Silva e Rogério  
Martins, Luiz Eduardo da Rocha Soares, Olívio Rodrigues Júnior, Álvaro José Galliez Novis  
que descrevem como teriam ocorrido os supostos fatos descritos na petição inicial (fls.  
984/986, fls. 1032/1034, fls. 1041/1043, fls. 1049/1050, fls. 1028/1032); e (3) das planilhas  
de pagamentos e das listas de reservas de hóspedes no hotel em que, segundo narra a  
petição inicial, ocorreriam os pagamentos (fls. 1833/2348).

Tal prova, **produzida unilateralmente pelo Ministério Público no bojo  
do Inquérito Civil**, deverá ser submetida ao crivo do contraditório no bojo deste processo,  
podendo tais pilares probatórios quer sustentar um eventual decreto condenatório, quer se  
mostrarem frágeis para suportar a acusação, o que só o curso da instrução poderá dizer. E  
não se pode esquecer que há ainda requerimento, já na petição inicial, de oitiva de teste-  
munhas, cujo rol já foi apresentado, sendo que ainda outras provas podem, na fase instru-  
tória, ser produzidas.

Portanto, **REJEITO** a alegação de inépcia da petição inicial, já que baseada  
em Acordo de Leniência e Acordos de Colaborações individuais cuja validade estaria res-  
trita aos processos em que foram celebrados, por expressa previsão em suas cláusulas. A  
petição inicial não é inepta, já que não se baseia exclusivamente em tal prova, mas também  
em outras provas colhidas durante a fase administrativa do Inquérito Civil.

Ultrapassada a questão, resta que os fatos poderiam, em tese, e ao menos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

a partir de uma análise perfuntória, adequar-se aos tipos descritos como ato de improbidade administrativa, previsto na Lei Federal nº 8.429/92, uma vez que o crime de “caixa dois” eleitoral, ou o de corrupção passiva, disciplinam condutas que não afastariam a responsabilidade administrativa, cível e por ato de improbidade, esferas autônomas e independentes. Se, por outro lado, houve de fato ou não enriquecimento ilícito ou vantagem patrimonial indevida, lesão ao erário e patrimônio público, ou violação dos princípios da Administração Pública, é matéria de mérito que não cabe, por ora, examinar.

Na mesma linha, segue-se que ainda que não tivesse havido indicação de qual o prejuízo havido ao erário e à Administração Pública com as supostas doações à campanha eleitoral não contabilizadas e declaradas oficialmente, e não tivesse sido indicado o efetivo dano ao erário, nem por meio de quais contratos firmados houve o recebimento de valores para doação à campanha eleitoral, nem sido indicada prova que comprovasse que os valores doados eram decorrentes de superfaturamento e desvio de dinheiro em obras públicas, ainda assim a conduta, se for o caso, poderá ser tipificada como ato de improbidade administrativa que implica violação dos princípios da Administração Pública.

Há ainda que considerar que a petição inicial narra que em final de 2013, a Diretoria da empresa requerida teria procurado o réu Marcos Antônio Monteiro (então diretor da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo), responsável pela administração financeira do ex-governador Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, então candidato à reeleição. O réu Marcos Antônio Monteiro **era servidor público**, ocupando **cargo em comissão** e, por conseguinte, estando no exercício de atividade estatal. Ora, a Lei de Improbidade Administrativa prevê, em seu art. 3º, que “As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.” Assim, ainda que o candidato a cargo eletivo não tenha a característica de agente público, por não mais exercer atividade de natureza estatal, nem esteja investido na função ou cargo a que se propõe ser eleito, no caso dos autos um outro réu estava investido do cargo de servidor público, tendo, segundo pretende demonstrar a petição inicial, pedido em benefício do réu Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho doação de campanha no valor de 10 milhões de reais, e a empresa requerida aquiescido com o pagamento, visando, assim, manter-se ilicitamente no projeto de concessões e privatizações do Estado de São Paulo, bem como supostamente acobertar diversas fraudes à lei de licitações, tais como formação de cartel e superfaturamento de obras, dentre elas, as obras da Linha 6 do Metrô de São Paulo.

A existência de apuração de crime na esfera eleitoral, por conseguinte, não afasta, pelo princípio da independência relativa das esferas penal, eleitoral, cível, administrativa e de improbidade, a aplicação de sanções ainda nesta seara.

**REJEITO**, por conseguinte, as teses dos réus CONSTRUTORA NOR-



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

BERTO ODEBRECHT S/A, LUIZ ANTONIO BUENO JUNIOR, BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JUNIOR, FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA e HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO, **acolhendo apenas** aquela que diz respeito à vedação de utilização dos Acordos de Leniência e dos Acordos de Colaborações, nos termos da fundamentação supra.

**II. DEFESA PRELIMINAR DO RÉU GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO**

Também aqui se afasta a alegação de que as delações premiadas, oriundas do Inquérito Civil conduzido pelo Ministério Público Estadual, e que foram desentranhadas da presente demanda, representariam para o Ministério Público o único indício da suposta prática de ato de improbidade pelos réus. Como já observado quando do exame da defesa preliminar dos réus CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, LUIZ ANTONIO BUENO JUNIOR, BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JUNIOR, FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA e HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO, a petição inicial não é inepta, já que não se baseia exclusivamente em tal prova, mas também em outras provas independentes dessas e colhidas durante a fase administrativa do Inquérito Civil, provas que não se encontram sob o pálio protetivo das cláusulas dos Acordos de Leniência e Acordos de Colaborações.

Afastado o uso como prova de tais Acordos de Leniência e Acordos de Colaborações individuais cuja validade estaria restrita ao processos em que foram celebrados, por expressa previsão em suas cláusulas, sequer seria o caso de perquirir se esses depoimentos não possuiriam os elementos objetivo (enriquecimento ilícito e ofensa aos princípios constitucionais) e subjetivo (dolo) que imputariam ao réu ato de improbidade e comprovariam a atipicidade da conduta por não haver participou e/ou autorizado o recebimento de qualquer valor ilícito para sua campanha eleitoral do ano de 2014.

Na realidade: (1) como já reiterado acima, e convém repetir, a imputação não se baseia exclusivamente em tal prova, mas também em outras provas colhidas durante a fase administrativa do Inquérito Civil que não se encontram sob proteção das cláusulas de restrição de eficácia probatória incluídas nos Acordos de Leniência e Acordos de Colaborações; (2) em princípio, seria aplicável o art. 3.º da Lei de Improbidade Administrativa, que dispõe: “As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.”; (3) apenas no bojo da instrução será possível averiguar se os elementos objetivo e subjetivo dos tipos previstos na Lei de Improbidade Administrativa foram efetivamente comprovados, cabendo a esta fase de ad-



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

missibilidade apenas o juízo delibatório sobre estes.

Ainda que todas as doações recebidas em sua campanha eleitoral de 2014 tenham sido contabilizadas e aprovadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, a independência das esferas não excluiria a apuração de eventuais notícias de atos ímpar-  
bos, seja a responsabilidade direta, seja por extensão, pois, uma vez mais, se cuida de es-  
feras distintas.

Por conseguinte, mesmo que capitulados os fatos como “doação irregular” com penalidade prevista no artigo 350 do Código Eleitoral, o chamado “caixa dois”, cuja competência para apuração e processamento seria da Justiça Eleitoral, não há que se falar em dupla penalização pelos mesmos fatos. Tal como não existe dupla penalização pelos mesmos fatos quando um agente comete crime contra a administração e também é condenado nas esferas administrativa à perda do cargo, na cível à indenização pelo dano causa-  
do ao patrimônio, e, numa Ação Civil Pública por atos por improbidade, às penas previstas no art. 12 da Lei Federal n. 8.429/92.

**REJEITO**, por conseguinte, as teses do réu GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO, nos termos da fundamentação supra.

### **III. DEFESA PRELIMINAR DO RÉU MARCOS ANTONIO MONTEIRO**

Tal como já argumentado acima, é possível falar-se na ocorrência de ato ímpar-  
bo em razão da suposta presença, a princípio, de fundamento legal para tanto, sem prejuízo de suposto crime de abuso do poder econômico (Código Eleitoral, artigo 237) e, por conseguinte, em infração eleitoral, o que não afasta, assim, a competência da Justiça Comum Estadual.

Tampouco prevalece a tese de que haveria prejudicialidade externa, re-  
querendo-se a suspensão do processo até o desfecho do inquérito policial eleitoral, pela e-  
ventual possibilidade de reconhecimento, naquela esfera, da absolvição por “negativa de  
autoria” ou por “inexistência do fato”. Atente-se para a orientação do C. STJ no sentido de  
que a suspensão do processo em virtude de causa de prejudicialidade externa não ostenta  
caráter obrigatório, cabendo ao juízo analisar a plausibilidade da paralisação, a depender  
das circunstâncias do caso concreto (AgRg no REsp 1552940/SE, Rel. Ministro MAURO  
CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 19/11/2015). No  
caso em tela, não se vislumbra razão para a suspensão do processo, pelas seguintes ra-  
zões: (1) trata-se de fatos cuja apuração vem embasada em Inquérito Civil, cujas condutas típicas são distintas daquelas previstas na Legislação Penal Eleitoral; (2) nada impede o  
prosseguimento do processo, com a abertura da apresentação de contestações e instrução,  
e eventual acolhimento de reflexos probatórios, em momento oportuno, oriundos do Pro-



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

cesso Penal Eleitoral, se for o caso.

A descrição dos fatos na petição inicial é clara e devidamente individualiza as condutas de cada um dos réus, não sendo o caso de falar-se em inépcia da petição inicial na medida em que é compreensível pelos requeridos, assegurando-lhes o direito de futura defesa no momento oportuno. Ressalto que o Ministério Público emendou a petição inicial, até mesmo para individualizar e circunscrever com precisão os pedidos condenatórios.

Por fim, também não prospera, nesta fase de admissibilidade, a tese de que não haveria prova de que os pagamentos ilícitos teriam se dado com o intuito de beneficiar o Grupo Odebrecht em obras específicas do Estado de São Paulo e haveria apenas a alegação genérica de que o objetivo era para “manter uma boa relação com o Governo do Estado”, bem como que inexistiriam provas de pagamento de benefício indevido. Observo que se trata, aqui, de matéria de mérito, a ser discutida em momento oportuno, não cabendo discussão do conteúdo da matéria probatória neste momento processual de mera admissibilidade.

Por conseguinte, também **REJEITO** as teses do réu MARCOS ANTONIO MONTEIRO, nos termos da fundamentação supra.

Retornando ao que foi anteriormente lembrado, a petição inicial na Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa só pode ser rejeitada se não houver quaisquer elementos a compor a justa causa e que autorizem seu prosseguimento. No caso acima, como demonstrado, há matéria probatória que impõe o recebimento da petição inicial, exclusivamente com base em prova cujos efeitos não estão restritos aos Acordos de Leniência e Acordos de Colaborações, cujos efeitos só alcançam os Ministérios Públicos que optaram pela aderência a tais transações processuais-penais. Há, porém, outras provas independentes dessas e que amparam a petição inicial, razão pela qual **RECEBO A PETIÇÃO INICIAL**.

#### **IV. DO PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DOS BENS**

Na petição inicial e, a seguir, na emenda à petição inicial, o Ministério Público bateu-se pela decretação da indisponibilidade dos bens de MARCOS ANTÔNIO MONTEIRO, GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO, CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, LUIZ ANTÔNIO BUENO JÚNIOR, BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR, FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA e HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO até o limite de R\$ 39.749.874,00, equivalente ao valor do dano, sem juros, e multa civil calculada em três vezes esse valor.

O Ministério Público esclareceu que o prejuízo ao erário corresponderia aos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

valores ilicitamente acrescidos ao patrimônio dos requeridos Marcos Antônio Monteiro e Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, que, no caso concreto, atingiriam a cifra de R\$ 9.937.468,50, correspondente aos valores supostamente pagos, de acordo com os atos de improbidade, e corrigidos monetariamente por meio da tabela de débitos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Ora, é bem sabido que o C. STJ o entendimento de que no bloqueio cautelar objetivando a decretação de indisponibilidade de bens em Ação de Improbidade Administrativa ou em Cautelar preparatória é desnecessária a prova do *periculum in mora* concreto, ou seja, de que os réus estariam dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, exigindo-se apenas a demonstração de *fumus boni iuris*, consistente em fundados indícios da prática de atos de improbidade (REsp 1201702 / MT, 2ª Turma, Relator Ministro CASTRO MEIRA, julgado em 21/09/2010, publicado no DJ em 04/10/2010).

Estes se encontram, ainda em juízo perfunctório, presentes na prova apresentada pelo Ministério Público nos autos, como visto acima, prova essa que, repita-se mais uma vez, **é independente daquela produzida no bojo dos Acordos de Leniência e Acordos de Colaborações, e que está sendo inteiramente desconsiderada neste processo.** De fato, trata-se das supostas listas de pagamentos e destinatários, camuflados mediante nomes de times de futebol (fls. 970/971, 978); dos termos de declarações perante o Ministério Público, das testemunhas Arnaldo Cumplido de Souza, Silva e Rogério Martins, Luiz Eduardo da Rocha Soares, Olívio Rodrigues Júnior, Álvaro José Galliez Novis que descrevem como teriam ocorrido os supostos fatos descritos na petição inicial (fls. 984/986, fls. 1032/1034, fls. 1041/1043, fls. 1049/1050, fls. 1028/1032); e das planilhas de pagamentos e das listas de reservas de hóspedes no hotel em que, segundo narra a petição inicial, ocorreriam os pagamentos (fls. 1833/2348).

Observe-se, por outro lado, que o mesmo entendimento do C. STJ fixou-se no sentido de que nos casos de improbidade administrativa, a responsabilidade é **solidária** até a instrução final do feito, momento em que se delimitará a quota de responsabilidade de cada agente para a dosimetria da pena (AgRg nos EDcl no Ag 587748 / PR, 2ª Turma, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, julgado em 15/10/2009, publicado no DJ em 23/10/2009). Por tal razão, o valor da decretação de indisponibilidade de bens deve ser igual para todos os réus.

Resta, por fim, a alegação, da ré CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, de que haveria *periculum in mora* reverso, já que a decretação de indisponibilidade de bens, que afirma ser excessivo, inviabilizaria as operações da empresa.

O valor a ser bloqueado é de R\$ 39.749.874,00.

Ocorre que, no Relatório Anual da ré (constante na internet no link: [https://www.odebrecht.com/sites/default/files/relatorio\\_anual\\_2018.pdf](https://www.odebrecht.com/sites/default/files/relatorio_anual_2018.pdf)), esta registra que no



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

ano de 2017 (o relatório referente ao ano de 2018 ainda não está disponível) auferiu Receita Líquida (p. 42 do relatório) no valor de **setenta e dois bilhões de reais**.

Ou seja, a quantia cuja indisponibilidade se pede corresponde a **0,055% da Receita Líquida da empresa**, um valor absolutamente irrisório e que, nessa proporção, é incapaz de inviabilizar as operações da requerida.

Não se vislumbra, portanto, que a decretação de indisponibilidade de bens no valor acima possa causar *periculum in mora* reverso à ré.

## V. DECISÃO

Pelo exposto, **RECEBO A PETIÇÃO INICIAL** contra os réus MARCOS ANTÔNIO MONTEIRO, GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO, CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, LUIZ ANTÔNIO BUENO JÚNIOR, BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR, FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA e HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO.

### DECRETO A INDISPONIBILIDADE DOS BENS E DETERMINO:

- a) A expedição de ofício à Central de Indisponibilidade de Bens, na forma estabelecida pelo Provimento nº 013/2012 da CGJ do TJSP, comunicando a indisponibilidade dos bens imóveis dos demandados e solicitando as averbações necessárias;
- b) O bloqueio de todos os veículos licenciados em nome dos demandados, por intermédio do Sistema RENAJUD;
- c) O bloqueio de todas as contas correntes e aplicações financeiras dos demandados, por intermédio do sistema BACENJUD, até o total de R\$ 39.749.874,00.

Proceda a serventia à elaboração da correspondente minuta nesses sistemas.

**DEFIRO** a juntada, nos autos digitais, das provas que foram remetidas ao Ministério Público pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Permanecerão em segredo de justiça apenas aquela prova obtida perante a 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, cujo CD continuará em cartório.

Também **DEFIRO** a juntada, que **permanecerá em cartório**, dos depoimentos colhidos pela Promotoria de Justiça nos autos do Inquérito Civil que instruíram a petição inicial.

Nada tendo a regularizar, **servindo esta decisão como mandado**, CITEM-SE os réus, na forma do art. 17, § 9.º, da Lei n. 8.429/1992, para apresentação de contestação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
de SÃO PAULO - FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES -  
13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA  
VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020, FONE:  
1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-  
SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

Int

São Paulo, 15 de abril de 2019,

às 13:59.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**